



Fundo Especial de Investimento Aberto
CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS

RELATÓRIO & CONTAS
2009

ÍNDICE

ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO	2
MERCADOS DE CAPITAIS	5
A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS	9
RELATÓRIO DE GESTÃO	10
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12

EM ANEXO:

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO

Internacional

No final de 2008 a disseminação dos efeitos da crise nos mercados financeiros à economia mundial fez-se sentir de forma bastante notória, o que conduziu a que o crescimento mundial do referido ano se fixasse em 3,1%.

Durante o primeiro trimestre de 2009, não obstante as medidas concertadas tomadas pelos governos e bancos centrais, assistiu-se a uma deterioração da conjuntura económica, caracterizada por decréscimos bastante significativos no investimento e no comércio internacional, que se reflectiu numa subida considerável da taxa de desemprego.

No entanto, os dados posteriores ao primeiro trimestre parecem indiciar uma estabilização na economia mundial, dado que a grande maioria dos países apresentaram uma inversão da tendência depressiva, tendo, inclusivamente, algumas nações, como o Japão, a Alemanha e a França, alcançado crescimentos trimestrais positivos.

A intervenção das instituições monetárias internacionais e as medidas específicas tomadas pelos diversos governos tiveram um papel preponderante na estabilização dos mercados financeiros e da própria economia real.

De modo a estimular o mercado interbancário e fomentar a concessão de crédito, a Reserva Federal norte-americana reduziu a sua taxa directora para um intervalo próximo de zero em Dezembro de 2008, enquanto que o BCE interveio por quatro vezes durante o ano de 2009, fixando a taxa directora em 1% a 13 de Maio. Adicionalmente, estas instituições procederam ainda a injeções constantes de liquidez no mercado monetário através de leilões a taxas de juro reduzidas e por prazos alargados.

O papel dos governos merece igualmente uma referência. Assistiu-se à entrada dos Estados no capital das instituições em dificuldades, à compra de activos tóxicos e têm vindo a ser implementados um conjunto de projectos com vista a fomentar a actividade económica.

No que diz respeito ao preço do petróleo atingiu um pico em Julho de 2008, com um valor médio mensal de 134 dólares por barril. Seguidamente, com a degradação da actividade económica mundial e uma menor procura, o preço desta matéria-prima sofreu uma quebra acentuada que culminou num valor médio mensal de 42 dólares por barril em Dezembro.

Zona Euro

Segundo dados do Eurostat, a Zona Euro apresentou um crescimento no seu produto de 0,4% no terceiro trimestre de 2009 face ao trimestre anterior, o que evidencia uma melhoria em relação aos -0,1% verificados no período precedente. Em termos de variação homóloga real, a quebra do PIB terá sido de 3,9%, após 4,8% no segundo trimestre. Esta evolução deve-se em grande medida à melhoria verificada nas exportações e na formação bruta de capital fixo.

Num contexto de crise económica, os níveis de poupança tendem a aumentar com uma consequente redução ao nível do consumo privado. No entanto, este indicador tem registado um comportamento alisado, quando comparado com as restantes componentes, verificando um decréscimo trimestral de apenas 0,1%, sendo a variação homóloga negativa em 1,0%.

Para este fenómeno concorreram dois conjuntos de factores. Por um lado, o nível reduzido do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), que registou uma taxa média de variação de 0,3% em 2009. Por outro lado, o aumento no rendimento disponível, derivado da manutenção do nível de salários, a par de medidas discricionárias com vista à manutenção dos níveis de emprego.

Não obstante a melhoria relativa na Formação Bruta de Capital Fixo no terceiro trimestre do ano, este indicador apresentou uma redução de 11,4% (variação homóloga).

De acordo com os últimos dados divulgados pela Comissão Europeia (Novembro de 2009), a FBCF e as Exportações serão os principais responsáveis pelo decréscimo da actividade económica em 2009, com reduções de 10,7% e 14,2%, respectivamente, que se traduzirão numa contracção do PIB de 4%.

Tal como já referido, em 2009, o BCE prosseguiu a política de redução das taxas de referência de forma a dinamizar o mercado monetário interbancário, com o objectivo último de facilitar o acesso ao crédito por parte de empresas e particulares e fomentar o crescimento económico.

Um motivo de preocupação para a recuperação económica prende-se com a elevada taxa de desemprego que atingiu um patamar de 10% em Novembro.

Portugal

Para o exercício de 2009, o Banco de Portugal antecipa uma redução do PIB de 2,7%, que ficará a dever-se essencialmente à quebra de 11,7% na FBCF, bem como à diminuição em 12,5% das Exportações, e que deverá ser apenas parcialmente compensada pela redução das Importações.

Esta dinâmica não pode ser dissociada do contexto internacional desfavorável verificado nos últimos dois anos. Em primeiro lugar, a crise nos mercados financeiros que rapidamente se disseminou ao comércio internacional. Seguidamente, face às restrições de liquidez, verificou-se um aumento na restritividade nas condições de acesso ao crédito, tanto pela maior exigência nos critérios de aprovação do mesmo, como pelo aumento dos prémios de risco, associados a um maior incumprimento por parte de particulares e empresas. Estas duas dinâmicas tiveram ainda como consequência uma redução nos níveis de confiança dos agentes económicos, que induziram a um menor volume de consumo privado e investimento.

As medidas de política orçamental que foram implementadas pelo governo em 2009 de modo a relançar a economia portuguesa terão tido um relevante impacto nas contas públicas, tendo sido antecipado no Orçamento de Estado que a dívida pública portuguesa atinja os 76,6% do PIB, face aos 66,3% verificados em 2008.

De acordo com o Orçamento de Estado, o défice orçamental também deverá ter sofrido um acréscimo de 3,9% para 9,3% em 2009, colocando Portugal em situação de défice excessivo, obrigando à tomada de decisões excepcionais de redução do deficit, dado que no Pacto de Estabilidade e Crescimento está definido o limite máximo de 3% a atingir em 2012.

O mercado de trabalho está a ser seriamente afectado pela crise económica, repercutindo-se num aumento da taxa de desemprego, que atingiu os 9,8% no terceiro trimestre de 2009, não obstante as medidas de apoio implementadas pelo governo.

Ao nível da inflação, a taxa de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) a Dezembro situou-se em -0,1%, fixando-se a variação média anual nos -0,9%.

Perspectivas para 2010

Face à tendência de recuperação na economia mundial, o FMI publicou novas previsões para as principais economias em Janeiro, sendo agora expectável que a Zona Euro registre um aumento do PIB em 1% em 2010, face à quebra de 3,9% em 2009.

Apesar de se antecipar uma recuperação gradual da economia europeia em 2010, os efeitos no nível de desemprego não se deverão sentir de imediato, em função do desfasamento entre o aumento da procura e o seu reflexo na necessidade de mão-de-obra por parte das empresas. Deste modo, segundo as projecções efectuadas pela Comissão Europeia em Novembro, a taxa de desemprego na Zona Euro deve fixar-se em 10,7% em 2010.

De acordo com o FMI, em 2010 é expectável uma aceleração da inflação, que deverá atingir 1,25% nas economias avançadas, reflectindo o aumento previsto no preço das matérias-primas.

Em 2010 a economia portuguesa deverá regressar a uma trajectória de crescimento. No Boletim Económico de Inverno o Banco de Portugal antecipa um crescimento na economia nacional de 0,7%, o que representa uma forte revisão face à anterior projecção (-0,6%). Estima-se que as exportações sofram um aumento de 1,7%, invertendo a tendência de quebra verificada nos dois exercícios anteriores e as importações deverão sofrer também um acréscimo, embora em muito menor escala, o que resultará num contributo positivo das exportações líquidas para o crescimento do PIB.

O Banco de Portugal antevê um aumento do consumo privado em 1%, fruto de um maior nível de confiança dos consumidores face à conjuntura económica, que se deverá traduzir numa redução do rendimento disponível em 0,4%.

A Formação Bruta de Capital Fixo deverá ser a única componente a registar um crescimento anual negativo na ordem dos 3,4%, o que representará um relevante desagravamento face à contracção de 11,7% estimada para 2009.

Evidenciando o desfasamento temporal face ao ciclo económico, a taxa de desemprego deverá ainda apresentar um aumento em 2010, que segundo as projecções avançadas pelo FMI deverá atingir os 11%. Ao contrário da diminuição projectada para 2009, em 2010 a inflação deverá registar uma variação homóloga de 0,7%.

Por último é de salientar a projecção do governo para o défice orçamental, que deverá diminuir de 9,3% em 2009 para 8,3% em 2010. Apesar das medidas inscritas no Orçamento de Estado, as agências de notação de risco têm mostrado reservas face às decisões tomadas para o presente exercício, referindo que as mesmas não são suficientes para reduzir o défice, que deveria evoluir de forma decisiva até se fixar em 3% em 2013.

MERCADO DE CAPITAIS

Mercado Obrigacionista

Os mercados obrigacionistas governamentais registaram uma subida gradual de taxas de rendimento (*yields*) ao longo de 2009. Este movimento deveu-se à recuperação económica que se verificou a partir do final do primeiro trimestre, altura em que também se começou a assistir a uma inversão nas estimativas negativas de crescimento e de inflação, para os principais blocos económicos. No entanto, a magnitude da subida de *yields* não acompanhou a inversão de tais estimativas devido, não só, à manutenção das taxas directoras em níveis historicamente baixos, mas também como consequência das medidas não convencionais de política monetária, levadas a cabo pelos Bancos Centrais, ao longo de 2009. Desta forma, as *yields* das obrigações americanas, a 10 anos, encerraram o ano a 3.84%. Na Zona Euro, e apesar do nível mínimo histórico de *yields* alemãs do mesmo prazo ter sido atingido em Janeiro, o comportamento foi semelhante ao das taxas americanas finalizando o ano nos 3.38%. Quanto às *yields* dos restantes emitentes da União Monetária, ainda que tendo encerrado 2009 acima do nível verificado em 2008, o último ano foi marcado por uma substancial redução do respectivo diferencial em relação à Alemanha. Em Portugal, as taxas de juro da dívida pública portuguesa a 10 anos subiram de 3.97% para 4.06%, no final do ano, tendo registado o valor máximo de 5.86% em Março.

Taxas de Juro das Obrigações a 10 anos

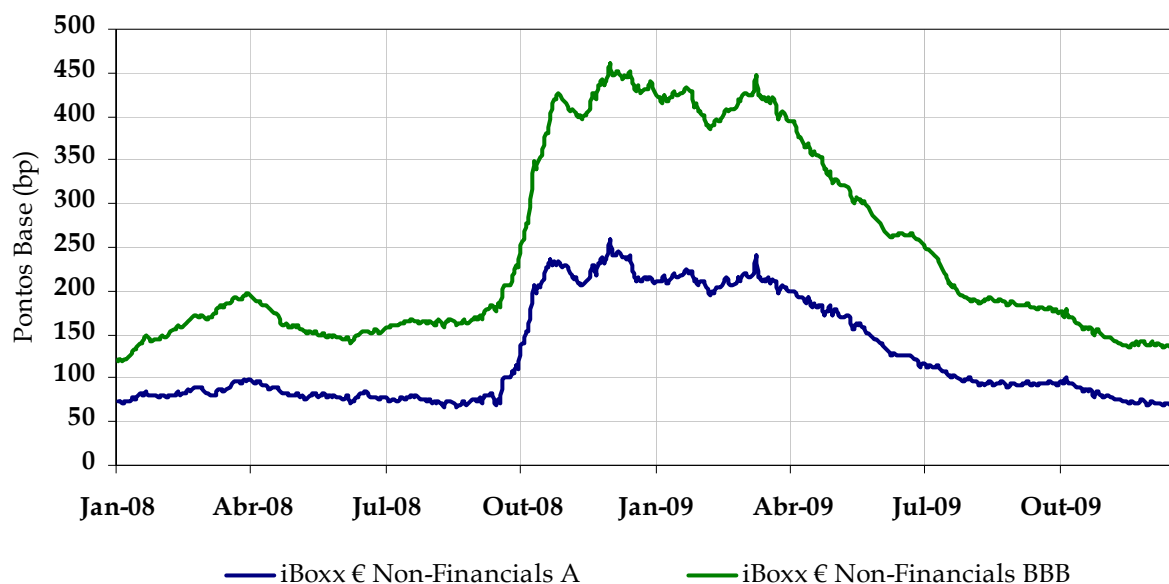
	2008	2009
EUA	2.21%	3.84%
Reino Unido	3.02%	4.01%
Japão	1.18%	1.30%
França	3.41%	3.59%
Alemanha	2.95%	3.38%
Espanha	3.81%	3.97%
Portugal	3.97%	4.06%

Valores no final do ano.

Já no que diz respeito aos *spreads* de obrigações com risco de crédito assistiu-se, depois dos níveis máximos atingidos em 2008, a um estreitamento substancial relativamente às taxas de juro sem risco durante o ano de 2009. Este movimento de estreitamento deu-se em duas fases: primeiro nos emitentes de melhor qualidade (com *ratings* mais elevados) e que inauguraram o mercado primário de obrigações, com cupões atractivamente elevados e, numa segunda fase, nos emitentes com *ratings* mais baixos, de menor qualidade creditícia. Em Dezembro, a diferença entre os *spreads* das

obrigações AAA e BBB fixou-se em níveis mínimos do ano. Este movimento, que traduz uma menor aversão ao risco por parte dos investidores, culminou em valorizações de cerca de 20% nos índices de obrigações de empresas.

Investment Grade Spreads



fonte: UBS Delta, Caixagest

Mercado Accionista

Os mercados accionistas, a nível global, acabaram por registar uma tendência positiva no último ano. Depois das quedas ainda verificadas nos dois primeiros meses de 2009, em virtude da conjuntura económica negativa e dos desequilíbrios ao nível dos mercados financeiros, estes encetaram uma tendência de subida que se verificou ao longo do resto do ano. Para tal contribuíram a estabilização e recuperação dos principais indicadores económicos avançados, a abertura dos mercados de crédito, o início do estreitamento de *spreads* e as decisões de compras de activos de dívida pública e privada por parte dos principais Bancos Centrais. Simultaneamente, os resultados de empresas divulgados ao longo do ano, nos EUA e na Europa, superaram as expectativas. No caso do sector financeiro, e com a retoma da actividade de mercados de capitais, os bancos registaram um crescimento de lucros substancial ao longo dos vários trimestres, superando as expectativas. Consequentemente, verificou-se uma rápida disponibilidade, por parte dos principais bancos americanos, em reembolsarem os empréstimos obtidos junto do Tesouro o que também contribuiu para a tendência positiva da classe. Desta forma, o índice global *MSCI World* valorizou-se 22% no ano sendo que desde os mínimos, de 9 de Março, o índice subiu 57%. Em Portugal, a tendência foi semelhante à dos mercados internacionais, com o índice *PSI-20* a registar valorizações, no ano e desde os mínimos de Março, de 33% e 47%, respectivamente.

Principais Índices Bolsistas

	2008		2009	
	Índice	Variação (%)	Índice	Variação (%)
Dow Jones (Nova Iorque)	8776	-33.8%	10428	18.8%
Nasdaq (Nova Iorque)	1577	-40.5%	2269	43.8%
FTSE (Londres)	4434	-31.3%	5413	22.1%
NIKKEI (Tóquio)	8860	-42.1%	10546	19.0%
CAC (Paris)	3218	-42.7%	33936	22.3%
DAX (Frankfurt)	4810	-40.4%	5957	23.8%
IBEX (Madrid)	9196	-39.4%	11940	29.8%
PSI-20 (Lisboa)	6341	-51.3%	8464	33.5%

Perspectivas

Em 2010 é expectável que as economias desenvolvidas bem como as emergentes deverão continuar o processo de recuperação já iniciado na segunda metade do ano. Depois do crescimento registado, em função dos fortes estímulos fiscais e monetários e da reposição de inventários, com a redução de tais medidas espera-se que o crescimento económico ganhe tracção suportada por contributos de consumo e de investimento e pela recuperação do mercado de trabalho. No entanto, o padrão de crescimento esperado deverá ser ainda modesto e, conseqüentemente, o nível de utilização dos recursos ainda não atingirá, em 2010, valores historicamente elevados. Por outro lado, os desequilíbrios estruturais ainda prevalecentes como a redução do nível de endividamento das famílias, o aumento das restrições regulamentares no sector financeiro e os condicionalismos existentes na concessão de crédito constituem factores impeditivos de um ritmo de crescimento económico mais significativo.

Perante tal conjuntura fundamental, onde os riscos de inflação não serão à partida significativos, os Bancos Centrais deverão proceder a alguma normalização de políticas monetárias através da redução gradualista das medidas extraordinárias de injeção de liquidez, implementadas em 2008 e 2009, e posteriormente dar início ao processo de subidas de taxas directoras.

Após os níveis historicamente baixos atingidos no último ano, as taxas de juro de curto prazo deverão evidenciar uma tendência moderada de subida, através da incorporação do prémio de risco de futuras subidas de taxas directoras. No que respeita às yields de obrigações do tesouro, estas deverão subir dada a continuação do crescimento económico e a diminuição dos riscos de desinflação.

Relativamente ao mercado de obrigações de risco de crédito, depois do forte estreitamento de spreads verificado no último ano, para 2010 é esperada a continuação de tal tendência embora num ritmo muito mais gradual, dados os níveis atingidos. Por outro lado, após os volumes máximos de oferta em mercados primários europeus, dos últimos 10 anos, e cuja aceitação junto dos investidores finais foi bastante positiva, no próximo ano não se perspectiva uma magnitude de ofertas superior. Para tal deverão contribuir factores como a redução do nível de endividamento de curto prazo por parte das

empresas, os menores níveis de intenção de investimento e os baixos níveis de amortização de dívida estimados.

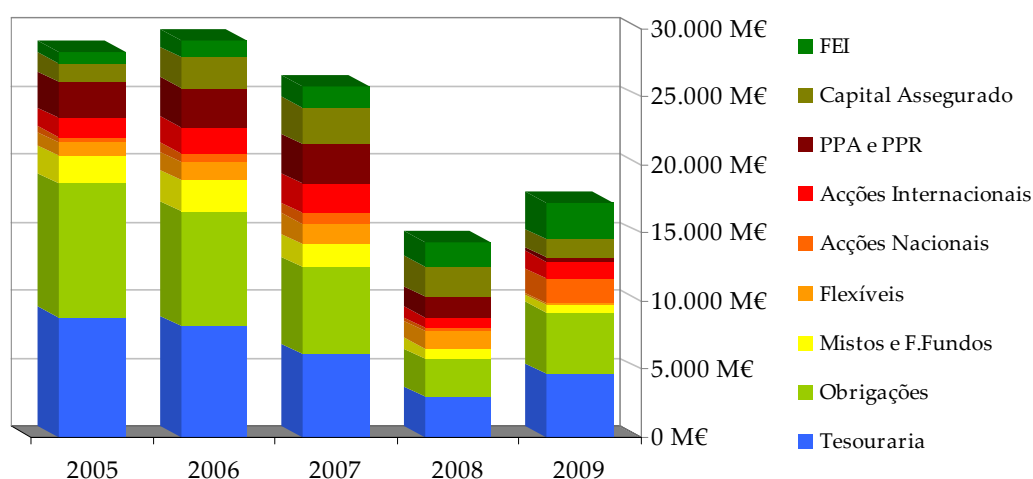
No que respeita ao mercado accionista, e apesar das fortes valorizações registadas em 2009, é esperada uma fase em que o mercado deverá evoluir em linha com o crescimento económico e os resultados das empresas. No último ano, a pró-actividade das empresas, em termos da redução de custos laborais e de capital, teve como consequência uma forte sustentação de margens operacionais, com consequentes surpresas positivas nos resultados divulgados. Tal redução deverá constituir factor de suporte adicional, no cenário macroeconómico esperado em 2010, para a evolução favorável dos lucros. Subsistem, no entanto, incertezas quanto à sustentabilidade da recuperação económica e, consequentemente, quanto ao crescimento dos resultados suportado por um aumento de vendas. No entanto, o posicionamento ainda conservador por parte dos investidores, ao longo de 2009, poderá também constituir um factor positivo para a classe em 2010.

A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS

O mercado de fundos de investimento mobiliário português registou um crescimento acentuado em 2009, reflectindo a evolução positiva dos Mercados de Capitais. No final do ano, o valor dos activos geridos pelas sociedades gestoras portuguesas situava-se em 17.223 Milhões de Euros (M€), o que correspondeu a um aumento de 20% relativamente ao início do ano.

Registou-se um crescimento dos montantes sob gestão na maior parte das categorias de Fundos, destacando-se os Fundos de Tesouraria que aumentaram 1.525 M€ (+49%), os Fundos Especiais de Investimento que registaram um incremento de 714 M€ (+32%) e os Fundos Flexíveis que cresceram 537 M€ (42%). Apenas os Fundos de Obrigações e os Fundos Mistos registaram diminuições de volume: -648M€ e -105 M€, respectivamente.

MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS PORTUGUÊS



Fonte: APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, de Pensões e Patrimónios

Ao longo do ano foram constituídos 31 fundos, maioritariamente Fundos de Capital Garantido e Fundos Especiais de Investimento, e foram liquidados 34 fundos, baixando para 288, o número de fundos mobiliários portugueses em actividade.

No final de 2009, as cinco maiores sociedades gestoras portuguesas concentravam 88% do mercado de Fundos Mobiliários, situando-se a quota de mercado da Caixagest em 23,8%, menos 1,36 p.p. que em 2008, mantendo a liderança do mercado.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Caracterização do Fundo

O Fundo Especial de Investimento Aberto CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS iniciou a sua actividade em 24 de Outubro de 2005. Sendo comercializado na CGD, este Fundo destina-se a investidores que pretendem fazer aplicações de longo prazo superiores a 5.000 €, com capitalização dos rendimentos gerados.

O património do Fundo será composto por unidades de participação de fundos, e por outros valores mobiliários equiparáveis cotados e não cotados, que investem em projectos ou activos associados ao segmento das Energias Renováveis, Qualidade do Ambiente e Activos “carbon”.

Estratégia de Investimento

Ao longo do ano de 2009, não se registaram alterações significativas da exposição do fundo aos diferentes segmentos que o compõem. A única excepção ocorreu na redução verificada na componente de hedge funds especializados em energias alternativas, em virtude das limitações de liquidez e de oportunidades de investimento encontradas pelos gestores neste espaço.

O segmento de capital de risco viu o seu peso aumentar ligeiramente ao longo do ano. O apoio que os diferentes países continuaram a dar ao tema das energias renováveis intensificou as oportunidades de investimento no segmento de private equity. Apesar deste movimento, não é esperado que esta componente venha a ganhar um peso superior ao que actualmente regista, em virtude do menor grau de liquidez que apresenta.

Na componente de acções de energias renováveis, o fundo foi aumentando de forma gradual a sua exposição, à medida que a visibilidade e expectativas para esta classe de activos melhoravam.

Relativamente aos fundos que investem em licenças de carbono, apresentaram valorizações estáveis ao longo do ano, mantendo-se o crescente interesse e preocupação à escala global com as emissões de gases poluentes. O mercado europeu de licenças continuou o seu grau de consolidação, tendo os Estados Unidos iniciado o processo de agregação de algumas iniciativas já implementadas localmente.

O fundo continuará a sua estratégia de análise e identificação das hipóteses de investimento existentes no campo das energias renováveis, com o intuito de diversificar as suas fontes de valor e de reduzir a correlação com os mercados accionistas.

Avaliação do desempenho

Em 31 de Dezembro de 2009, o valor da carteira do Fundo CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS ascendia a 42.033.925,70 €, e encontrava-se repartido por 7.679.767 unidades de participação. Nos últimos doze meses, e exclusivamente por efeito da recuperação de valor face à desvalorização do

mercado no 2º semestre de 2008, o fundo registou uma rentabilidade anual líquida de 6,36%, e uma volatilidade de 4,35%.

Rendibilidade e Risco Históricos

Anos	Rendibilidade	Classe de Risco
2006	4,28%	3
2007	12,75%	4
2008	- 12,07%	3
2009	6,36%	3

(a) Rendibilidade entre 31/12/08 e 31/12/09.

Fonte: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP)

As rentabilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. O valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 6 (risco máximo)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2009			2008		CAPITAL DO FUNDO E PASSIVO	Notas	2009	2008
		Activo bruto	Mais- -valias	Menos- -valias	Activo líquido	Activo líquido				
CARTEIRA DE TÍTULOS										
Unidades de participação	3	30.653.896	4.400.554	(429.765)	34.624.685	39.616.980	CAPITAL DO FUNDO			
							Unidades de participação	1	38.398.835	43.381.370
DISPONIBILIDADES							Variações patrimoniais	1	2.598.890	2.890.457
Depósitos à ordem	3	5.955.817	-	-	5.955.817	1.573.038	Resultados transitados	1	(1.242.471)	5.619.262
Depósitos a prazo e com pré-aviso	3	1.500.000	-	-	1.500.000	3.500.000	Resultado líquido do exercício	1	2.278.672	(6.861.733)
		<u>7.455.817</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.455.817</u>	<u>5.073.038</u>			<u>42.033.926</u>	<u>45.029.356</u>
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS							TERCEIROS			
Acréscimos de proveitos	5	1.000	-	-	1.000	43.356	Comissões a pagar	5	46.900	46.239
Outros acréscimos e diferimentos	5 e 11	850	-	-	850	510.147	Outras contas de credores	17	1.526	167.926
		<u>1.850</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.850</u>	<u>553.503</u>			<u>48.426</u>	<u>214.165</u>
Total do Activo		<u><u>38.111.563</u></u>	<u><u>4.400.554</u></u>	<u><u>(429.765)</u></u>	<u><u>42.082.352</u></u>	<u><u>45.243.521</u></u>	Total do Capital do Fundo e do Passivo		<u><u>42.082.352</u></u>	<u><u>45.243.521</u></u>
Número total de unidades de participação em circulação	1				7.679.767	8.676.274	Valor unitário da unidade de participação	1	5,4733	5,1899

O anexo faz parte integrante destes balanços.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

<u>CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS</u>							
<u>DIREITOS SOBRE TERCEIROS</u>			<u>RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS</u>				
	<u>Nota</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>		<u>Nota</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Operações cambiais				Operações cambiais			
A prazo (Forwards cambiais)	11	-	6.364.434	A prazo (Forwards cambiais)	11	-	5.926.183
Total dos Direitos		<u>-</u>	<u>6.364.434</u>	Total das Responsabilidades		<u>-</u>	<u>5.926.183</u>

O anexo faz parte integrante destes balanços.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS	Notas	2009	2008	PROVEITOS	Notas	2009	2008
CUSTOS E PERDAS CORRENTES				PROVEITOS E GANHOS CORRENTES			
Juros e custos equiparados:				Juros e proveitos equiparados:			
Outros, de operações correntes	5	4	-	Da carteira de títulos	5	-	1.535
Comissões:				Outros, de operações correntes	5	26.058	488.471
Da carteira de títulos	5	6.232	9.086	Rendimento de títulos	5	313.824	289.098
Outras, de operações correntes	5 e 15	510.047	734.433	Ganhos em operações financeiras:			
Perdas em operações financeiras:				Na carteira de títulos	5	8.278.858	8.380.492
Na carteira de títulos	5	5.745.685	14.475.363	Em operações extrapatrimoniais	5	453.192	433.519
Em operações extrapatrimoniais	5	547.068	1.024.953			<u>9.071.932</u>	<u>9.593.115</u>
Impostos:				PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS			
Impostos sobre o rendimento	9	(18.886)	226.381	Ganhos imputáveis a exercícios anteriores		-	18.605
Impostos indirectos	9	-	41			<u>-</u>	<u>18.605</u>
Outros custos e perdas correntes	15	3.110	3.024				
		<u>6.793.260</u>	<u>16.473.281</u>				
CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS							
Perdas imputáveis a exercícios anteriores		-	172				
Resultado líquido do exercício		2.278.672	(6.861.733)				
		<u>9.071.932</u>	<u>9.611.720</u>			<u>9.071.932</u>	<u>9.611.720</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO FUNDO</u>		
Recebimentos:		
Subscrições de unidades de participação	238.363	12.187.270
Pagamentos:		
Resgates de unidades de participação	<u>(5.512.465)</u>	<u>(11.703.678)</u>
Fluxo das operações sobre as unidades do Fundo	<u>(5.274.102)</u>	<u>483.592</u>
<u>OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS</u>		
Recebimentos:		
Resgates de unidades de participação	33.500.368	19.605.426
Venda de títulos	2.541.833	6.048.701
Rendimento de títulos	405.901	290.622
Juros e proveitos similares recebidos	-	77.633
Pagamentos:		
Compras de títulos	-	(2.888.735)
Subscrição de unidades de participação	<u>(28.213.675)</u>	<u>(29.780.542)</u>
Taxas de corretagem	(6.355)	(9.093)
Outras taxas e comissões	<u>(188)</u>	<u>(290)</u>
Fluxo das operações da carteira de títulos	<u>8.227.884</u>	<u>(6.656.278)</u>
<u>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</u>		
Recebimentos:		
Operações cambiais	41.416.009	80.255.989
Pagamentos:		
Operações cambiais	<u>(41.376.753)</u>	<u>(80.342.712)</u>
Fluxo das operações a prazo e de divisas	<u>39.256</u>	<u>(86.723)</u>
<u>OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE</u>		
Recebimentos:		
Juros de depósitos bancários	69.043	401.386
Vencimento de depósitos a prazo e com pré-aviso	3.500.000	31.000.000
Pagamentos:		
Comissão de gestão	(460.931)	(680.491)
Comissão de depósito	(32.924)	(48.606)
Constituição de depósitos a prazo e com pré-aviso	<u>(1.500.000)</u>	<u>(25.000.000)</u>
Impostos e taxas	(181.946)	(794.174)
Outros	<u>(3.096)</u>	<u>(2.989)</u>
Fluxo das operações de gestão corrente	<u>1.390.146</u>	<u>4.875.126</u>
<u>OPERAÇÕES EVENTUAIS</u>		
Recebimentos:		
Ganhos imputáveis a exercícios anteriores	-	46.899
Pagamentos:		
Perdas imputáveis a exercícios anteriores	<u>(405)</u>	<u>-</u>
Fluxo das operações eventuais	<u>(405)</u>	<u>46.899</u>
Saldo dos fluxos monetários do período	4.382.779	(1.337.384)
Depósitos à ordem no início do período	1.573.038	2.910.422
Depósitos à ordem no fim do período	<u>5.955.817</u>	<u>1.573.038</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO "CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

INTRODUÇÃO

O Fundo Especial de Investimento Aberto "Caixagest Energias Renováveis" (adiante igualmente designado por "Fundo"), foi autorizado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 22 de Setembro de 2005, tendo iniciado a sua actividade em 24 de Outubro de 2005. Este Fundo foi constituído por prazo indeterminado e tem por objecto o investimento em unidades de participação de fundos e de outros valores mobiliários equiparáveis cotados e não cotados, que investem em projectos ou activos associados ao segmento das energias renováveis, qualidade do ambiente e activos *carbon*.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.. As funções de banco depositário são exercidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD).

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei nº 252/03, de 17 de Outubro.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo. As notas cuja numeração se encontra ausente não são exigidas para efeito do anexo às contas anuais, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. CAPITAL DO FUNDO

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcionalmente ao número de unidades que representam.

O movimento ocorrido no capital do Fundo, durante os exercícios de 2008 e 2009, apresenta o seguinte detalhe:

	Valor base	Diferença para o valor base	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total	Número total de unidades de participação em circulação	Valor unitário da unidade de participação
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	43.288.250	2.499.986	1.462.461	4.156.801	51.407.498	8.657.650	5,9378
Subscrições	10.903.410	1.283.860	-	-	12.187.270	2.180.682	5,5887
Resgates	(10.810.290)	(893.388)	-	-	(11.703.678)	(2.162.058)	5,4132
Transferências	-	-	4.156.801	(4.156.801)	-	-	-
Outros	-	(1)	-	-	(1)	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	(6.861.733)	(6.861.733)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	43.381.370	2.890.457	5.619.262	(6.861.733)	45.029.356	8.676.274	5,1899
Subscrições	224.160	14.203	-	-	238.363	44.832	5,3168
Resgates	(5.206.695)	(305.770)	-	-	(5.512.465)	(1.041.339)	5,2936
Transferências	-	-	(6.861.733)	6.861.733	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	2.278.672	2.278.672	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	38.398.835	2.598.890	(1.242.471)	2.278.672	42.033.926	7.679.767	5,4733

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO "CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

O valor líquido global do Fundo, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação no último dia de cada trimestre dos exercícios de 2007 a 2009, foi o seguinte:

Ano	Meses	Valor líquido global do Fundo	Valor da unidade de participação	Número de unidades de participação em circulação
2009	Março	43.119.267	5,1559	8.363.056
	Junho	42.804.490	5,3510	7.999.390
	Setembro	42.315.371	5,3753	7.872.115
	Dezembro	42.033.926	5,4733	7.679.767
2008	Março	58.059.081	5,5553	10.451.062
	Junho	58.477.817	5,8148	10.056.646
	Setembro	52.368.639	5,4191	9.663.629
	Dezembro	45.029.356	5,1899	8.676.274
2007	Março	36.722.573	5,5612	6.603.345
	Junho	41.108.033	5,8978	6.970.107
	Setembro	49.972.919	5,8168	8.591.154
	Dezembro	51.407.498	5,9378	8.657.650

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número de participantes em função do Valor líquido global do Fundo, apresenta o seguinte detalhe:

	2009	2008
Entre 5% e 10%	1	-
Entre 2% e 5%	-	1
Entre 0,5% e 2%	2	2
Até 0,5%	2.641	2.899
	-----	-----
Total de participantes	2.644	2.902
	=====	=====

2. VOLUME DE TRANSACÇÕES

O volume de transacções durante os exercícios de 2009 e 2008, foi o seguinte:

	2009					
	Compras		Vendas		Total	
	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa
Acções	-	-	2.162.211	-	2.162.211	-
Unidades de participação	-	28.213.675	379.623	33.500.368	379.623	61.714.043
	-	28.213.675	2.541.834	33.500.368	2.541.834	61.714.043
	-----		-----		-----	
	=====		=====		=====	
	2008					
	Compras		Vendas		Total	
	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa
Acções	1.475.600	-	2.008.629	-	3.484.229	-
Unidades de participação	1.413.135	29.780.542	2.019.722	19.605.426	3.432.857	49.385.968
Bilhetes de tesouro	-	-	2.020.350	-	2.020.350	-
	2.888.735	29.780.542	6.048.701	19.605.426	8.937.436	49.385.968
	-----		-----		-----	
	=====		=====		=====	

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, os pedidos de subscrição e resgate recebidos durante o período de subscrição/resgate mensal são processados ao valor da unidade de participação conhecido e divulgado no dia 22 (ou no dia útil seguinte) do mês subsequente ao do pedido. Os pedidos de subscrição e resgate recebidos após o período de subscrição/resgate mensal são processados ao valor da unidade de participação conhecido e divulgado no dia 22 (ou no dia útil seguinte) do 2º mês subsequente ao do pedido. O pedido de subscrição/resgate é, portanto, efectuado a preço desconhecido, podendo o subscritor ter de aguardar um a dois meses, consoante os casos, para conhecer o valor da unidade de participação pelo qual será efectuada a subscrição/resgate.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

O período de subscrição e de resgate mensal decorre até às 16 horas e 30 minutos de Lisboa, do dia 22 de cada mês.

No resgate de unidades de participação é cobrada ao participante uma comissão variável em função do prazo de detenção das unidades de participação, de acordo com as seguintes regras:

- i) 1,5% até 365 dias; e
- ii) 0% para prazos iguais ou superiores a 365 dias.

Não é cobrada comissão de resgate quando o participante for uma entidade que se encontre em relação de domínio ou de grupo, ou ligado no âmbito de uma gestão comum ou por participação de capital, bem como sobre fundos geridos pela sociedade gestora e por entidades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo. Adicionalmente, não são cobradas comissões de subscrição.

No apuramento da comissão de resgate, é utilizado o método contabilístico FIFO, ou seja, as unidades de participação subscritas em primeiro lugar são as primeiras a ser consideradas para efeitos de resgate. Esta comissão não constitui proveito do Fundo.

Durante os exercícios de 2009 e 2008, não foram cobradas comissões de resgate.

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a carteira de títulos tem a seguinte composição:

	2009			
	Custo de aquisição	Mais-valias	Menos-valias	Valor de mercado
Valores Mobiliários Cotados:				
Mercado de Bolsa de Estados Membros EU				
Unidades de participação de Fundos de Investimento Imobiliário domiciliados num Estado Membro UE				
- NOVEENERGIA II 2010	10.000.000	2.458.326	-	12.458.326
- SCHRODER ISF CLASS C	4.399.728	18.800	-	4.418.528
- ZEPHYR COM.CL B	3.000.000	-	(199.871)	2.800.129
- ALLIANZ DIT GLB ECTR	1.969.510	112.846	-	2.082.356
- EUROPEAN CARBON FUND	1.225.164	407.967	-	1.633.131
- PF - WATER I	1.434.494	-	(229.894)	1.204.600
- IMPAX NEW ENERGY FUN	225.000	619.876	-	844.876
	<u>22.253.896</u>	<u>3.617.815</u>	<u>(429.765)</u>	<u>25.441.946</u>
Outros valores:				
Valores Mobiliários Nacionais Não Cotados				
- FIQ-ENE.RENOV.CX CAP	4.500.000	325.651	-	4.825.651
- Luso Carbon Fund	2.500.000	422.716	-	2.922.716
- FLORESTA ATLÂNTICA	1.400.000	34.372	-	1.434.372
	<u>8.400.000</u>	<u>782.739</u>	<u>-</u>	<u>9.182.739</u>
	<u>30.653.896</u>	<u>4.400.554</u>	<u>(429.765)</u>	<u>34.624.685</u>

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO "CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

	2008			
	Custo de aquisição	Mais-valias	Menos-valias	Valor de mercado
Valores Mobiliários Cotados:				
Mercado de Bolsa de Estados Membros EU				
Unidades de participação de Fundos de Investimento Imobiliário domiciliados num Estado Membro UE				
- NOVEENERGIA II 2010	10.000.000	1.503.308	-	11.503.308
- ZEPHYR COM.CL B	3.000.000	-	(161.380)	2.838.620
- EUROPEAN CARBON FUND	1.375.000	1.230.909	-	2.605.909
- KENMAR GLOBAL RESOUR	2.155.637	-	(305.882)	1.849.755
- PF - WATER I	1.434.494	-	(443.036)	991.458
- MLIIIF-NEW ENERGY A2	1.090.023	-	(489.754)	600.269
- ALLIANZ DIT GLB ECTR	597.745	-	(267.031)	330.714
	<u>19.652.899</u>	<u>2.734.217</u>	<u>(1.667.083)</u>	<u>20.720.033</u>
Unidades de participação de Fundos de Investimento Imobiliário domiciliados num Estado Não Membro UE				
- RMF Delta Environmen	3.952.001	-	(1.218.175)	2.733.826
- BABCOCK & BROWN WIND	2.401.349	-	(979.834)	1.421.515
	<u>6.353.350</u>	<u>-</u>	<u>(2.198.009)</u>	<u>4.155.341</u>
Outros valores:				
Valores Mobiliários Nacionais Não Cotados				
- FIQ-ENE.RENOV.CX CAP	4.500.000	4.534	-	4.504.534
- Luso Carbon Fund	2.500.000	562.679	-	3.062.679
- FLORESTA ATLÂNTICA	1.400.000	21.658	-	1.421.658
	<u>8.400.000</u>	<u>588.871</u>	<u>-</u>	<u>8.988.871</u>
Unidades de participação de Fundos de Investimento Mobiliário domiciliados em Portugal				
CAIXAGEST TESOURARIA	5.900.000	-	(147.265)	5.752.735
	<u>40.306.249</u>	<u>3.323.088</u>	<u>(4.012.357)</u>	<u>39.616.980</u>

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante os exercícios de 2008 e 2009, foi o seguinte:

	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo e com pré-aviso	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	2.910.422	9.500.000	12.410.422
. Aumentos	-	25.000.000	25.000.000
. Reduções	(1.337.384)	(31.000.000)	(32.337.384)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	<u>1.573.038</u>	<u>3.500.000</u>	<u>5.073.038</u>
. Aumentos	4.382.779	1.500.000	5.882.779
. Reduções	-	(3.500.000)	(3.500.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	<u>5.955.817</u>	<u>1.500.000</u>	<u>7.455.817</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a composição por moeda de origem dos depósitos à ordem é a seguinte:

<u>Moeda</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
EUR	5.916.047	1.392.619
AUD	25.196	176.190
USD	14.574	4.229
	-----	-----
Total	5.955.817	1.573.038
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os depósitos à ordem em Euros encontram-se domiciliados na CGD, vencendo juros às taxas anuais brutas de 0,27% e 3,42%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2009, os depósitos a prazo encontram-se domiciliados no BCP, vencendo juros à taxa anual bruta de 3,00%, e têm a sua data de reembolso prevista para o dia 29 de Janeiro de 2010.

Em 31 de Dezembro de 2008, os depósitos a prazo encontram-se domiciliados na CGD, vencendo juros à taxa anual bruta de 5,36%, e têm a sua data de reembolso prevista para o dia 16 de Janeiro de 2009.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Reconhecimento de juros de aplicações

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos. Os juros são registados pelo montante bruto, sendo o respectivo Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) reconhecido na demonstração dos resultados do exercício na rubrica "Impostos sobre o rendimento" (Nota 9).

b) Carteira de títulos

As unidades de participação em carteira são registadas ao custo de aquisição e valorizadas com base no último valor conhecido e divulgado pela respectiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço de mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adoptado tem em conta o preço mais representativo, em função designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transacções.

Considerando que uma parte dos fundos em que o Fundo investe divulgam, no mínimo trimestralmente, o valor das respectivas unidades de participação, tal poderá implicar um desfasamento, em relação ao último valor disponibilizado, de 90 dias.

As mais ou menos-valias líquidas apuradas de acordo com as políticas contabilísticas definidas anteriormente são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício nas rubricas de "Ganhos/Perdas em operações financeiras na carteira de títulos", por contrapartida das rubricas "Mais-valias" e "Menos-valias" do activo.

Os rendimentos distribuídos pelos fundos nos quais o Fundo detém unidades de participação são registados como proveitos na rubrica "Rendimento de títulos" no exercício em que são recebidos ou quando a respectiva sociedade gestora procede à sua divulgação.

c) Valorização das unidades de participação

O valor de cada unidade de participação é calculado mensalmente ao dia 21 (ou no dia útil anterior, no caso de não ser um dia útil) e no final de cada mês dividindo o valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido do património corresponde ao somatório das rubricas do capital do Fundo.

A rubrica "Variações patrimoniais" resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respectivamente.

d) Comissão de gestão e de depositário

A comissão de gestão e a comissão de depositário constituem um encargo do Fundo, a título de remuneração de serviços a si prestados.

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, estas comissões são calculadas mensalmente na data de valorização do Fundo, por aplicação de uma taxa fixa anual de 1,4% para a comissão de gestão e de 0,1% para a comissão de depositário, sobre o valor do património líquido do Fundo, excluindo o valor investido em unidades de participação de fundos geridos pela entidade gestora ou por outras entidades em relação de domínio ou de Grupo.

A comissão de gestão e a comissão de depositário são liquidadas mensalmente, através da aplicação das percentagens acima definidas, sendo registadas na rubrica "Comissões – Outras, de operações correntes".

e) Taxa de supervisão

A taxa de supervisão devida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários constitui um encargo do Fundo. Esta remuneração é calculada por aplicação de uma taxa sobre o valor líquido global do Fundo no final de cada mês. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta taxa ascendia a 0,03%. Sempre que o resultado obtido seja inferior a 200 Euros ou superior a 20.000 Euros, a taxa mensal devida, corresponderá a um desses limites.

f) Operações em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos em Euros, com base nos câmbios oficiais de divisas do dia, divulgados a título indicativo pelo Banco de Portugal. As diferenças resultantes da reavaliação cambial são reflectidas na demonstração dos resultados do exercício.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no exercício em que ocorrem.

Os contratos de fixação de câmbio são reavaliados com base nas taxas de juro em vigor para as diferentes moedas e prazos residuais das operações, sendo as mais e menos valias apuradas registadas na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de "Ganhos/perdas em operações financeiras – Em operações extrapatrimoniais", por contrapartida da rubrica de "Acréscimos e diferimentos", do activo ou do passivo.

5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

PROVEITOS

	2009							
	Ganhos de Capital			Juros			Rendimento	Total
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Total	Vencidos	Decorridos	Total	de títulos	
Operações à vista:								
Acções	-	419.597	419.597	-	-	-	44.795	464.392
Unidades de participação	7.374.054	485.207	7.859.261	-	-	-	269.029	8.128.290
Operações cambiais	-	453.192	453.192	-	-	-	-	453.192
Depósitos	-	-	-	24.208	1.850	26.058	-	26.058
	<u>7.374.054</u>	<u>1.357.996</u>	<u>8.732.050</u>	<u>24.208</u>	<u>1.850</u>	<u>26.058</u>	<u>313.824</u>	<u>9.071.932</u>
	2008							
	Ganhos de Capital			Juros			Rendimento	Total
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Total	Vencidos	Decorridos	Total	de títulos	
Operações à vista:								
Acções	-	709.900	709.900	-	-	-	-	709.900
Unidades de participação	7.364.923	304.949	7.669.872	-	-	-	289.098	7.958.970
Outros instrumentos de dívida	-	720	720	1.535	-	1.535	-	2.255
Depósitos	-	-	-	439.169	49.302	488.471	-	488.471
Operações a prazo								
Operações cambiais	-	433.519	433.519	-	-	-	-	433.519
	<u>7.364.923</u>	<u>1.449.088</u>	<u>8.814.011</u>	<u>440.704</u>	<u>49.302</u>	<u>490.006</u>	<u>289.098</u>	<u>9.593.115</u>

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica "Rendimento de títulos" corresponde aos rendimentos distribuídos pelos seguintes fundos de investimento:

	2009	2008
EUROPEAN CARBON FUND	262.790	-
AGF MULTI ALTERNATIV	3.120	-
MLIIF-NEW ENERGY A2	3.119	24.863
BABCOCK & BROWN WIND	-	264.235
	-----	-----
	<u>269.029</u>	<u>289.098</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008, o saldo da rubrica "Outros acréscimos e diferimentos" inclui os rendimentos divulgados e ainda não distribuídos pela sociedade gestora do fundo de investimento imobiliário "Babcok & Brown Wind" no montante de 70.683 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)CUSTOS

2009								
Perdas de Capital								
	Menos	Menos	Total	Juros decorridos	Comissões			Total
	valias potenciais	valias efectivas			Vencidas	Decorridas	Total	
Operações à vista:								
Acções	-	729.459	729.459	-	-	-	-	729.459
Unidades de participação	2.504.611	2.511.615	5.016.226	-	-	-	-	5.016.226
Depósitos	-	-	-	4	-	-	-	4
Operações cambiais	-	547.068	547.068	-	-	-	-	547.068
Comissão:								
De gestão	-	-	-	-	419.050	42.583	461.633	461.633
De depósito	-	-	-	-	29.932	3.042	32.974	32.974
Taxa de supervisão	-	-	-	-	14.165	1.275	15.440	15.440
Carteira de títulos	-	-	-	-	6.232	-	6.232	6.232
	<u>2.504.611</u>	<u>3.788.142</u>	<u>6.292.753</u>	<u>4</u>	<u>469.379</u>	<u>46.900</u>	<u>516.279</u>	<u>6.809.036</u>

2008								
Perdas de Capital								
	Menos	Menos	Total	Juros decorridos	Comissões			Total
	valias potenciais	valias efectivas			Vencidas	Decorridas	Total	
Operações à vista:								
Acções	-	1.532.871	1.532.871	-	-	-	-	1.532.871
Unidades de participação	10.370.689	2.571.363	12.942.052	-	-	-	-	12.942.052
Outros instrumentos de dívida	440	-	440	-	-	-	-	440
Operações cambiais	-	1.024.953	1.024.953	-	-	-	-	1.024.953
Comissão:								
De gestão	-	-	-	-	625.532	41.882	667.414	667.414
De depósito	-	-	-	-	44.680	2.992	47.672	47.672
Taxa de supervisão	-	-	-	-	17.982	1.365	19.347	19.347
Carteira de títulos	-	-	-	-	9.086	-	9.086	9.086
	<u>10.371.129</u>	<u>5.129.187</u>	<u>15.500.316</u>	<u>-</u>	<u>697.280</u>	<u>46.239</u>	<u>743.519</u>	<u>16.243.835</u>

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em conformidade com o Artigo 22º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os rendimentos obtidos pelos fundos especiais de investimento constituídos sobre a forma de fundos de fundos respeitantes a unidades de participação estão isentos de IRC, com excepção dos rendimentos de unidades de participação de fundos não constituídos de acordo com a legislação nacional e os juros dos depósitos à ordem, os quais são tributados às taxas de 20%.

Os ganhos realizados em operações cambiais a prazo são tributados à taxa de 20%, quando obtidos em território nacional, e à taxa de 25%, quando resultem de operações com não residentes. Os ganhos para efeitos fiscais são calculados com base na diferença entre as taxas spot e forward contratadas no início das operações.

O Fundo apenas regista imposto sobre os ganhos efectivos obtidos em unidades de participação de fundos de investimento estrangeiros no momento do seu resgate, não registando qualquer imposto sobre ganhos potenciais líquidos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Imposto sobre o rendimento:		
· Impostos pagos em Portugal:		
- Rendimento de unidades de participação	53.805	116.182
- Dividendos	8.959	-
- Juros de depósitos à ordem	3.398	48.035
- Juros de depósitos a prazo	1.813	49.659
- Ganhos em operações cambiais a prazo	345	8.258
- Perdas em unidades de participação	(87.206)	-
- Juros de bilhetes do tesouro	-	306
· Impostos pagos no estrangeiro:		
- Rendimento de unidades de participação	-	3.941
	-----	-----
	(18.886)	226.381
	-----	-----
Impostos indirectos - Imposto do Selo:		
· Pago em Portugal	-	34
· Pago no estrangeiro	-	7
	-----	-----
	-	41
	-----	-----
	(18.886)	226.422
	=====	=====

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Fundo detinha os seguintes activos expressos em moeda estrangeira:

Moedas	2009					Posição Global
	Posição cambial					
	À Vista	A Prazo			Opções	
Forward		Futuros	Total			
Dólar Australiano	40.565	-	-	-	-	40.565
Dólar Norte Americano	20.995	-	-	-	-	20.995
Contravalor em Euros	<u>39.914</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>39.914</u>
Moedas	2008					Posição Global
	Posição cambial					
	À Vista	A Prazo			Opções	
Forward		Futuros	Total			
Dólar Australiano	3.231.969	(2.400.000)	-	(2.400.000)	-	831.969
Dólar Norte Americano	6.384.854	(6.600.000)	-	(6.600.000)	-	(215.146)
Contravalor em Euros	<u>6.181.954</u>	<u>(5.926.183)</u>	<u>-</u>	<u>(5.926.183)</u>	<u>-</u>	<u>255.771</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica "Outros acréscimos e diferimentos" inclui a reavaliação positiva das operações cambiais a prazo no montante de 433.518 Euros.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao Fundo durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, apresentam o seguinte detalhe:

2009		
Custos	Valor	% Valor médio líquido global do Fundo
Comissão de gestão:		
Componente fixa	461.633	1,0707%
Componente variável	-	-
Comissão de depósito	32.974	0,0765%
Taxa de supervisão	15.440	0,0358%
	<u>510.047</u>	
Outros custos	3.110	0,0072%
Comissões e taxas indirectas	770.796	1,7878%
Total de custos imputados ao Fundo	<u>1.283.953</u>	
Valor médio líquido global do Fundo	43.115.385	
Taxa global de custos (TGC)	2,9779%	
2008		
Custos	Valor	% Valor médio líquido global do Fundo
Comissão de gestão:		
Componente fixa	667.414	1,2432%
Componente variável	-	-
Comissão de depósito	47.672	0,0888%
Taxa de supervisão	19.347	0,0360%
	<u>734.433</u>	
Outros custos	3.024	0,0056%
Comissões e taxas indirectas	885.811	1,6500%
Total de custos imputados ao Fundo	<u>1.623.268</u>	
Valor médio líquido global do Fundo	53.685.115	
Taxa global de custos (TGC)	3,0237%	

17. OUTRAS CONTAS DE CREDITORES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Impostos a regularizar	-	166.414
Outros	1.526	1.512
Total	<u>1.526</u>	<u>167.926</u>

A rubrica de "Impostos a regularizar" inclui o imposto a pagar relativo a rendimentos obtidos fora do território português no decurso do exercício, o qual será liquidado até ao final do mês de Abril do ano seguinte, em conformidade com o Artigo 22º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, do Fundo Especial de Investimento Aberto “CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS” (Fundo), gerido pela Caixigest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. (Sociedade Gestora), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2009, que evidencia um total de 42.082.352 Euros e um total de capital do Fundo de 42.033.926 Euros, incluindo um resultado líquido de 2.278.672 Euros, as demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade Gestora: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu, para os aspectos materialmente relevantes: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da adequada avaliação dos valores do Fundo; (iv) a verificação do cumprimento dos critérios de avaliação definidos no regulamento de gestão do Fundo; (v) a verificação do controlo sobre eventuais operações efectuadas fora de bolsa; (vi) a verificação do registo e controlo dos movimentos de subscrição e resgate das unidades de participação do Fundo; (vii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; (viii) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (ix) a apreciação sobre se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Fundo Especial de Investimento Aberto “CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS” em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os organismos de investimento colectivo e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. Nos termos do Regulamento nº 16/2003 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o Fundo não procedeu ao registo do imposto sobre as mais valias potenciais em unidades de participação de fundos de investimento estrangeiros. A nossa estimativa do impacto desta situação aponta para que, com referência a 31 de Dezembro de 2009, o referido imposto ascenda a, aproximadamente, 724.000 Euros (aproximadamente 547.000 Euros em 31 de Dezembro de 2008).

Lisboa, 29 de Março de 2010



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Eduardo Manuel Fonseca Moura